

Presidente participa de audiência pública sobre alterações na LDO

O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Ubiratan Aguiar, participou de audiência pública na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para debater alterações no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 (PL 04/10).

Aguiar esclareceu que recomendar ao Congresso Nacional a paralisação de uma obra é sempre a última alternativa a ser seguida pelo Tribunal. O presidente também ressaltou a importância de manter a atuação preventiva na fiscalização das obras: “Temos conseguido evitar prejuízos irreversíveis. Por isso, a LDO tem que consignar uma ação tempestiva, em tempo real. Atuar depois é correr atrás do prejuízo”, disse.

O ministro da CGU, Jorge Hage defendeu uma maior interação entre os gestores públicos e os órgãos de controle como forma de prevenir a paralisação de obras. Para isso seria necessária uma atitude “mais proativa e menos defensiva” de ambos os lados. Hage também defendeu a criação de

regras definitivas para orientar a decisão de paralisar uma obra. “Nós estamos à mercê de ter as normas mudando a cada ano. Eu entendo que é preciso fazer uma lipoaspiração na LDO. Ela está inchada com coisas que não eram para estar nela, mas numa lei de normas orçamentárias permanentes”, disse.

O secretário-geral de controle externo do TCU, Paulo Wiechers, explicou que o Tribunal segue os princípios constitucionais estabelecidos na LDO, e que não se baseia em minutas de editais, e sim em documentos oficiais. Ele ressaltou que no ano de 2009, devido às fiscalizações de obras, o governo teve uma economia de R\$ 1,2 bilhão.

Aprovação - Após a audiência pública, a CMO aprovou o relatório preliminar do projeto de LDO de 2011, que tem como relator o senador Tião Viana (PT-AC). O prazo para apresentação de emendas teve início ontem e vai até o dia 7 de junho. O relatório final da LDO deve ser aprovado até o dia 17 de julho para que o Congresso Nacional possa entrar em recesso.

TCU detecta falhas no SUS

O Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou, em auditoria, problemas na utilização dos recursos transferidos para o Sistema Único de Saúde (SUS) nos estados de MG, PA, PR, PI, MT, RS, RJ e SP. Entre as deficiências mais relevantes, destacam-se a ausência de atualização física e financeira por parte das secretarias de saúde, persistência da informalidade da contratação de serviços de saúde e a falta de um sistema informatizado para facilitar o processo regulatório e controlar o fluxo de informação.

A Secretaria Executiva do Ministério da Saúde terá de apresentar ao TCU, em 90 dias, um plano com metas e cronograma para a implantação definitiva do Cartão Nacional de Saúde em todas as unidades pertencentes ou conveniadas ao SUS. O tribunal também determinou à Secretaria de Atenção à Saúde que dê apoio técnico para que a Secretaria de Saúde do Maranhão implemente o plano de Programação Integrada (PPI), que tem como objetivo a organização da rede intergovernamental de serviços do SUS, e que defina estratégia de fiscalização para verificar a regularidade na formalização de contratos do SUS.

Segundo o ministro José Jorge, relator do processo, o (PPI) ainda é uma realidade distante de ser concretizada. Cópia da documentação foi encaminhada ao ministro de Estado da Saúde e ao Secretário de Atenção à Saúde.